

MEDIDAS DE LULA E DILMA PARA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

Não tem paralelo na história do país um governo que tenha realizado mais em transparência, acesso à informação e combate à corrupção do que os governos do PT. E não se trata apenas de discurso. Para atestar os avanços, destaca-se:

- ↳ A Controladoria Geral da União, ministério criado por Lula em 2003, garantiu estrutura governamental adequada para fiscalizar a aplicação por estados, municípios e entidades da sociedade civil dos recursos federais transferidos, em articulação com diversos órgãos federais de combate à corrupção.
- ↳ Lula fortaleceu a Polícia Federal que, com autonomia inédita e muito bem equipada, realizou suas operações sem qualquer interferência do Governo. Entre 2003 e 2015, foram executadas 2.962 operações especiais, como nunca foi feito antes.
- ↳ O Ministério Público desempenhou suas funções com real autonomia e ganhou reconhecimento internacional porque foi também fortalecido e se tornou um dos mais independentes do mundo.
- ↳ A Lei Anticorrupção estabelece punição administrativa e civil à corrupção privada e cria incentivos aos empresários para a prática da prevenção de subornos e outros ilícitos empresariais.
- ↳ As leis de combate ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro vieram para aperfeiçoar ainda mais os instrumentos jurídicos para atuação do Poder Público.
- ↳ O Portal da Transparência, principal ferramenta de atualização diária e de divulgação de todas as despesas de cada órgão do Governo, inclusive a remuneração de todos os agentes públicos, é o maior portal de governo que se tem notícia e, em 2015, ultrapassou 1,3 milhão de acessos.
- ↳ A Lei de Acesso à Informação permite que qualquer pessoa possa exercer o direito de acesso a informações e documentos públicos, com prazo e punições aos servidores que não cumprirem a lei. Dos 334.463 pedidos registrados em 2015, 99% foram respondidos em 11 dias, em média.

A R G U M E N T O

COMBATE
À CORRUPÇÃO E
ESTADO DE DIREITO

EDIÇÃO ESPECIAL Nº8
MAIO DE 2017



CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA VERSUS ESTADO DE DIREITO

Antes de Lula, as denúncias contra governantes não chegavam ao Judiciário. Lula criou as bases institucionais capazes de garantir investigação, apuração e punição de qualquer agente público que comprovadamente cometa fraude, improbidade, corrupção. Um legado marcado pela apuração de toda e qualquer denúncia consistente ou suspeita fundamentada. O empenho foi reconhecido por organismos internacionais dedicados ao tema.

A corrupção é fenômeno complexo para o qual não servem discursos moralistas e palavras de ordem, que simplificam e não alcançam o verdadeiro enfrentamento do problema. A utilização de denúncias para atacar adversários políticos não é rara na história mundial e, aqui no Brasil, revelou-se tática demasiadamente usada quando o voto popular não é obtido legitimamente.

Políticas consistentes para combater a corrupção respeitam o devido processo legal e o direito à ampla defesa. Falsas acusações aumentam a corrupção porque desviam o foco dos verdadeiros corruptos. Os riscos das distorções do sistema de Justiça são imensos. A criminalização da política é instrumento de truculência judicial e midiática. Imparcialidade, isenção e respeito às garantias constitucionais são direitos de cidadania inalienáveis.

FIQUE ATENT@

- ↳ **Diretas Já:** o Congresso Nacional não reúne condições políticas de representação popular para escolher o presidente que deve suceder Temer, especialmente quando a maioria parlamentar defende projetos que prejudicam o povo brasileiro. As reformas Trabalhista e da Previdência acabam com direitos consagrados e vão aumentar a pobreza. É fundamental submeter os projetos de país às urnas, pelo voto direto.
- ↳ **Reforma Trabalhista:** em tramitação no Senado Federal, a proposta prejudica todos os trabalhadores: aumento da jornada de trabalho, substituição do trabalho decente por contratos precários, terceirização irrestrita, restrição da ação dos sindicatos e da Justiça do Trabalho. Para saber mais, consulte a edição n. 7 do Argumento na página do PT no Senado.
- ↳ **Reforma da Previdência:** em tramitação na Câmara dos Deputados, coloca em risco a aposentadoria de milhões de brasileiros, especialmente a dos idosos mais pobres: 65 anos de idade mínima e 40 anos de contribuição para receber aposentadoria integral. Trabalhadores rurais, mesmo sem produção regular, terão que contribuir mensalmente. Mulheres e homens terão que trabalhar por mais tempo para, ao fim, receberem benefícios que podem cair até 30% nas novas aposentadorias.

Quer receber este informativo por e-mail? Inscreva-se: www.ptnosenado.org.br/informativo

@ PARA MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE:

WWW.PTNOSENADO.ORG.BR/ESTADO-DE-DIREITO



**Liderança do
PT no Senado**

Expediente

Líder da Bancada: senadora Gleisi Hoffmann
Chefe de gabinete: Wilmar Lacerda
Coordenação da Equipe de Informação e Documentação: Daisy Barretta

Colaboradores: Gabriel Sampaio e Marcelo Zero
Coordenadora de Comunicação: Taís Ladeira
Projeto gráfico: Priscilla Borba
Diagramação e revisão: Eleonora Viggiano